

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 172

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 20 DE NOVEMBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Cezar Silvestri</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 044ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
20 DE NOVEMBRO DE 2001**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Chico Noroeste.

Às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva; Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Tiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO 3941

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário a preferência para discussão e votação da Proposição nº 050/2001, item 01 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 20.11.2001.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO 3942

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER destaque de discussão e votação para o item 02 da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária, Proposição de Veto nº 068/2001, veto aposto ao Projeto de Lei nº 247/2001, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 019/2001, que objetiva autorizar o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDE, a aportar recursos financeiros para integralizar o capital social da Agência de Fomento do Paraná S/A, passando sua vinculação à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano.

Sala das Sessões, em 20.11.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO 3940

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a votação em bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 20.11.2001.

(a) DURVAL AMARAL

O SR. PRESIDENTE (Herma Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Requerimento nº 3981, de autoria do senhor deputado Elio Rusch, solicitando preferência de discussão e votação da Proposição nº 54/2001 da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente, acabo de apresentar à Mesa um requerimento.

(Lê Requerimento nº 3942, constante do expediente)

Ora, esta Casa, recentemente, quando do período de votação, fizemos algumas introduções e fazendo com que a Agência de Fomento ficasse na Secretaria da Fazenda. O Governo quer que ela fique na Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

Naquela oportunidade esclarecemos por várias vezes, que é inapropriado ficar a Agência de Fomento

sobre os auspícios da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. E seria mais adequado, se é que tinha que ficar em alguma Secretaria, é que ficasse na Secretaria da Fazenda.

Quando o Governo utiliza todos os recursos do Fundo de Desenvolvimento Municipal, que é o Fundo de Desenvolvimento Urbano e coloca dentro da Agência de Fomento, já é um período enorme. E aqui ele veta uma das expressões que foram colocadas por esta Casa e é de suma importância, senhor presidente, para a manutenção dos municípios. E qual é o veto que faz o senhor governador?

“Entretanto esse Poder Legislativo aprovou a matéria com emendas alterando sensivelmente a norma proposta, diz a Mensagem do Governo. Entre as alterações introduzidas por esta augusta Casa de Leis, destaca-se por impossível de merecer acolhimento, o contido no mencionado parágrafo 1º, do artigo, porque, ao prover a destinação de recursos do FDU exclusivamente ao financiamento de ações voltadas ao desenvolvimento das municipalidades, órgãos e entidades da administração pública paranaense, fere a Lei Complementar Federal nº 101/200 que, em seu artigo 35...”

Ele alega o artigo 35 da Lei de responsabilidade Fiscal. Ora, o que impede, o que a lei impede, é que nós tenhamos fundos!

Agora não impede que os recursos do FDU, que por sinal uma das excelentes estruturas financeiras que foi criada lá atrás por outro governo, criado ainda por Saul Raiz, quando era da Secretaria Especial dos Municípios, que permitiu que pudéssemos criar um fundo que atuasse como um Banco Financiador de todas as atividades do setor municipal do nosso Estado.

É com certeza a melhor estrutura de financiamento criada no Estado com vistas a atender as necessidades do município. Por quê? Porque todo recurso entrado, aportado por devolução do PRAN, do PEDU, do Paraná Urbano, do Penisa, voltavam e se internavam neste Fundo e daqui a alguns anos nós não precisaríamos mais buscar recursos no BID e no BIRD. Nós seríamos auto-financeáveis com esses recursos.

E, no jeito que o Governo propõe, nós perderemos esta condição, onde os recursos do FDU vão financiar a indústria, o setor de serviços e não a área municipal.

Então, aqui clamo especialmente pelo bloco municipalista, esta Casa não pode permitir que façamos esta injustiça contra os municípios do Estado do Paraná. Portanto solicito o destaque ao Projeto de Lei nº 252, oriundo da Mensagem do senhor governador para que possamos votar contrário ao veto e manter, sobretudo, uma política municipalista, no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o requerimento do deputado José Maria Ferreira.

Deputados que aprovam permaneçam como estão.
Aprovado.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

20 senhores deputados aprovam o requerimento.

17 senhores deputados rejeitam. **Aprovado** o requerimento.

Requerimento nº 3940 de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando votação em bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado**.

Atendendo a preferência de votação, item nº 1, solicito ao deputado Nelson Tureck a chamada dos senhores deputados, para votação.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 054/2001, veto aposto ao Projeto de Lei nº 648/97, de autoria do deputado Elio Rusch, que objetiva autorizar o Poder Executivo a criar a Região Administrativa da Alta Costa Oeste. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício/CTL/SEEG nº 187/2001

Curitiba, 25 de junho de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 081/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei Complementar nº 648/97, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a criar a “Região Administrativa da Alta Costa Oeste” integrada pelos municípios de Marechal Cândido Rondon, Quatro Pontes, Nova Santa Rosa, Maripá, Palotina, Terra Roxa, Guaíra, Mercedes, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, São José das Palmeiras e Santa Helena.

A negativa de sanção ao projeto de lei complementar em referência decorre de pronunciamento expedido pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, que demonstra ser a medida, pela forma como está posta e redigida, contrária aos superiores interesses públicos, dizendo que:

“O Poder Executivo Estadual, a busca contínua de meios que possibilitem a integração e o desenvolvimento regional, atento ao desenvolvimento de critérios de aplicação de diretrizes voltadas à descentralização do processo decisório e de interiorização da administração, dividiu o Estado em regiões administrativas, criando-as,

inicialmente, em número de 17 (dezessete) pelo Decreto nº 2.441, de 10 de fevereiro de 1988, a ela acrescentando mais duas regiões, através do Decreto nº 5.366, de 17 de julho de 1989 e da Lei Complementar nº 49, de 05 de janeiro de 1990, respectivamente, somando atualmente 19 (dezenove) regiões administrativas.

O projeto de lei, em tela, tem por objetivo a criação da Região Administrativa da Alta Costa Oeste, com necessário desmembramento da 18ª Região Administrativa, com sede em Toledo.

A referida Região formar-se-á pelo agrupamento dos municípios de Marechal Cândido Rondon, Quatro Pontes, Nova Santa Rosa, Maripá, Palotina, Terra Roxa, Guaíra, Mercedes, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, São José das Palmeiras e Santa Helena.

Assim, ficaria a 18ª Região Administrativa, hoje composta por 20 (vinte) municípios, com apenas 08 (oito), a saber: Assis Chateaubriand, Formosa do Oeste, Iracema do Oeste, Jesuítas, Ouro Verde do Oeste, São Pedro do Iguaçu, Toledo e Tupãssi.

A esse fato faz-se necessário a ressalva de que a adoção de tal medida implicaria em irremediável conflito com os estudos técnicos de regionalização, pautados pelo planejamento governamental, de modo a compatibilizá-los com a política e metas em âmbito regional desde os estudos originários do Decreto nº 2.441/88 ao recentes.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 648/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Região Administrativa da Alta Costa Oeste, integrada pelos seguintes municípios: Marechal Cândido Rondon, Quatro Pontes, Nova Santa Rosa, Maripá, Palotina, Terra Roxa, Guaíra, Mercedes, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, São José da Palmeiras e Santa Helena.

Parágrafo Único - Os municípios que forem criados, na referida região, a partir da sanção desta lei, integrarão a Região Administrativa da Alta Costa Oeste.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, 27.05.2000.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

Com a presente proposição, pretendemos facilitar o processo de descentralização da ação administrativa da Capital do Estado.

Propomos a sede da Região Administrativa da Alta Costa Oeste no município de Marechal Cândido Rondon, levando em conta os órgãos estaduais e federais já instalados no município. Observados ainda que o mesmo encontra-se localizado de maneira estratégica em relação aos municípios que integram a Região Administrativa da Alta Costa Oeste. Existe ainda o Campus Unioeste, onde são ofertados os cursos de Engenharia Agrônômica, Letras Portugêses, Ciências Contábeis, Administração de Empresas, História e Educação Física. A região conta com aproximadamente 200.000 (duzentos mil) habitantes. Por outro lado, devemos considerar a proximidade das cidades integrantes, cuja maior distância é o município de Guaíra, com 63 (sessenta e três) quilômetros.

A criação da Região Administrativa da Alta Costa Oeste, implicará em inúmeros benefícios para as administrações municipais, proporcionando maiores possibilidades de desenvolvimento.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 054/2001

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 648/97 de autoria do deputado Elio Rusch, que objetiva autorizar o Poder Executivo a criar a Região Administrativa da Alta Costa Oeste.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento a Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, nós estamos, neste momento, comunicando aos nossos deputados da base que, por tratar-se de um projeto de maior importância, de autoria do nobre deputado Elio Rusch, nós estamos liberando a Bancada para que cada um possa, livremente votar Não, derrubando, neste instante o veto.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nelson Tureck**)

Inicia a chamada nominal dos deputados, para votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Solicito aos deputados José Maria Ferreira, Augustinho Zucchi e Plauto Miró, a colaboração.

39 votantes.

Resultado: Pela manutenção do veto, 22;

Pela derrubada do veto, 16;

1 branco.

Fica mantido o veto.

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 068/2001, veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 247/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 019/2001, que objetiva autorizar o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU a aportar recursos financeiros para integralizar o capital social da Agência de Fomento do Paraná S/A, passando sua vinculação à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano. RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 260/2001.

Curitiba, 18 de julho de 2001.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 150/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa., que usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 247/2001, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, instituído pela Lei nº 8.917, de 15 de dezembro de 1988, fica integrado à Agência de Desenvolvimento do Paraná S/A, instituída pela Lei nº 11.741, de 19 de julho de 1997 e alterada para Agência de Fomento do Paraná S/A através da Lei nº 12.419, de 13 de janeiro de 1999. Dispõe, ainda, sobre destinação dos recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU e sobre a participação do Paraná-idade na execução de ações necessárias à viabilização de planos, programas e projetos financiados pela Agência de Fomento do Paraná S/A, tendo o veto parcial apostado incidido sobre o parágrafo 1º, do artigo 1º.

A medida legal em referência, com prismas diversos, foi proposta pelo Poder Executivo através da Mensagem nº 019/2001, de 12 de junho próximo passado, cujo anteprojeto de lei resultava de estudos que buscavam dimensionar o assunto em harmonia com determinações contidas em normas emanadas do Governo Federal. Entretanto, esse Poder Legislativo aprovou a matéria com Emendas, alterando sensivelmente a norma proposta. Entre as alterações introduzidas por essa augusta Casa de Leis destaca-se, por impossível de merecer acolhimento, o contido no mencionado parágrafo 1º, do artigo 1º, porque, ao prever a destinação de recursos do FDU, “exclusivamente ao financiamento de ações voltadas ao desenvolvimento das municipalidades, órgãos e entidades da administração pública paranaense”, fere a Lei Complementar Federal nº 101/2000 que, em seu artigo 35, veda o repasse de recursos financeiros entre entes da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, excetuando operações entre instituição financeira estatal e outros membros da federação.

Assim, o veto parcial apostado permitirá que os recursos decorrentes do FDU sejam incorporados ao capital social da Agência de Fomento, podendo esta, na condição de agente financeiro (Medida Provisória nº 2.139-64, de 27 de março de 2001) e no cumprimento de suas funções institucionais, utilizar os recursos para atividades de desenvolvimento urbano.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 247/201 encontra-se publicado no DA nº 098/2001, de 28.06.2001, em Redação Final)

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO - VETO Nº 068/2001**

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 247/2001 de autoria do Poder Executivo, que objetiva autorizar o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU a aportar recursos financeiros para integralizar o capital social da Agência de Fomento do Paraná S/A, passando sua vinculação à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento a Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

Solicito ao 1º secretário que proceda a chamada nominal para a votação.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Nelson Tureck)
(Procede à chamada nominal)**

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito aos deputados Neivo Beraldin, Ricardo Chab e Edson Strapasson, para fazer a gentileza de escrutinar os votos.

40 senhores deputados votaram:

Pela manutenção do veto, 15;

Pela derrubada do veto, 25.

Fica mantido o veto.

Itens 3º e 4º, vão ser votados em bloco, um de autoria do deputado Eli Ghellere e outro, do deputado Elio Rusch.

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 072/2001, veto apostado ao Projeto de Lei nº 022/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, que autoriza o Poder Executivo a criar, no âmbito da malha rodoviária estadual, a rodovia deno-

minada Caminho Ecológico do Iguaçu. RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 278/2001

Curitiba, 01 de agosto de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 138/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 022/2001, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a criar, no âmbito da malha rodoviária estadual, a rodovia denominada “Caminho Ecológico do Iguaçu”.

O projeto de lei em referência deixou de merecer sanção por ter sido considerado contrário aos superiores interesses públicos, pelos motivos por mim ratificados, constantes do adiante transcrito pronunciamento da Secretaria de Estado dos Transportes:

“O referido projeto de lei propõe que a rodovia ‘Caminho Ecológico do Iguaçu’, seja implantada a partir da BR-277, em Céu Azul, margeando o Parque Nacional do Iguaçu até a cidade de Foz do Iguaçu.

Em razão da justificativa onde cita o restabelecimento histórico, o entendimento é que se trata da antiga ligação de acesso a Foz do Iguaçu, denominada ‘Picada do Benjamim’, não pavimentada, hoje sob responsabilidade municipal de uso exclusivo dos moradores e agricultores locais.

Ressalta-se que por margear o Parque Nacional, os critérios para construção rodoviária são bastante rigorosos, tendo em vista a legislação ambiental vigente, com restrições de edificações nas áreas lindeiras ao parque tornando a obra mais onerosa, além de o tráfego existente não justificar a pavimentação da referida rodovia.

Não obstante, o programa de concessão de rodovias especificamente no Lote 3 prevê a duplicação da BR-277 de Santa Terezinha do Itaipu a Medianeira até o final de 2002 e melhorias no segmento que interliga a Cascavel nos anos subseqüentes, o que certamente ampliará a capacidade da rodovia oferecendo fluidez do tráfego de veículos, segurança e conforto ao usuário.

Isto posto, entendemos que o presente projeto de lei não deve prosperar.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa augusta Assembléia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 022/2001 encontra-se publicado no DA nº 004/2001, de 21.02.2001)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ PROPOSIÇÃO DE VETO 072/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Eli Ghellere, autoriza o Governo do Estado a criar no âmbito da malha rodoviária estadual a rodovia denominada Caminho Ecológico do Iguaçu, com início na BR-277 em Céu Azul até o município de Foz do Iguaçu.

A proposta foi vetada pelo Executivo sob a alegação de que tal iniciativa é contrária ao interesse público, em função dos procedimentos rigorosos necessários para construção de vias próximas a unidades de conservação; projeto de duplicação da rodovia BR-277 no trecho que cobre este mesmo percurso e domínio das administrações municipais em alguns trechos da estrada proposta.

Chamada essa comissão a manifestar-se sobre o veto ao projeto, verificou-se que o Executivo respeitou os preceitos legais.

Portanto, nosso parecer é favorável à análise do veto em plenário.

Sala das Comissões, em 11.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SÉRGIO SPADA - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 078/2001, veto aposto ao Projeto de Lei nº 478/97, de autoria do deputado Elio Rusch, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada intermunicipal que liga a sede do município de Guaraniaçu ao município de Altamira do Paraná. RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 321/2001

Curitiba, 22 de agosto de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 029/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 478/97, por julgá-lo contrário ao interesse público, em face de informações prestadas pela Secretaria de Estado dos Transportes, de que, no Orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, inexistem recursos para atendimento das despesas com a pretendida estadualização de estrada e, a medida, caso acolhida, afrontaria a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 478/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a estadualizar a estrada intermunicipal que liga a sede do município de Guaraniaçu ao município de Altamira do Paraná, passando pelos distritos de Planaltina e Santa Luzia.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 26.03.2001.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de reivindicação da comunidade estabelecida no segundo maior município, em extensão territorial, do Oeste paranaense e o décimo quinto do Estado. Apesar de sua extensão territorial ser grande, sua receita é muito baixa. Trata-se de um município predominantemente agrícola.

Sob jurisdição municipal, a estrada encontra-se em estado precário, causando prejuízo tanto aos produtores rurais quanto aos usuários em comum, que encontram dificuldades para a circulação dos produtos agrícolas e trânsito das pessoas.

A nossa reivindicação é para que a referida estrada passe à jurisdição do Estado através do DER, pois a Prefeitura deste município não tem condições de conservá-la.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares à presente proposição.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO 078/2001**

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 478/97, de autoria do deputado Elio Rusch, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada intermunicipal que liga a sede do município de Guaraniaçu ao município de Altamira do Paraná.

Chamada esta comissão a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento a Plenário.

É o parecer.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSI** - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

Solicito a chamada dos senhores parlamentares, pelo deputado Nelson Tureck.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nelson Tureck)

(Procede à chamada nominal dos senhores deputados)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quarenta e dois (42) senhores deputados votaram.

Solicito aos deputados José Maria Ferreira, Eli Ghellere e Antonio Anibelli, para o escrutínio.

O SR. SÉRGIO SPADA

Senhor presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Pela ordem, deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA

Enquanto os colegas contam os votos, gostaria de transmitir a Casa que amanhã a Comissão de Defesa do Consumidor vai realizar mais uma audiência pública com o intuito de discutir os projetos que estão tramitando na Casa, nas Comissões, criando a Agência Reguladora dos Serviços Terceirizados no Estado do Paraná.

Já é a terceira audiência. Está havendo desdobramentos, existem quatro projetos tramitando na Casa, e está havendo uma espécie de consenso entre os parlamentares que têm participado das reuniões, das discussões entre as entidades que atuam na área das reuniões, das discussões entre as entidades que atuam na área da defesa do consumidor, entre elas a ADOV, o IDEC, o OCEPAR, FIEP, enfim todas as entidades que estão discutindo a questão para que nós criemos pelo menos três agências reguladoras. É um debate extremamente importante, rico, aberto, com a participação ativa, efetiva dos membros da sociedade e naturalmente queremos chegar a um projeto que atenda os interesses da sociedade, da coletividade.

Então, é nesse sentido, senhor presidente, senhores deputados, que eu gostaria de convidar, particularmente os parlamentares que compõem a Comissão de Defesa do Consumidor e também todos os parlamentares desta Casa que têm interesse nesse assunto, para participarem amanhã desta reunião, a partir das 9 horas da manhã, no plenário desta Casa.

Gostaria também, presidente, de registrar a presença, nas tribunas de honra da Assembléia Legislativa, do reitor da Unioeste, Universidade do Oeste do Paraná, Professor Wilson, e os diretores dos Campus que o acompanham numa visita à Assembléia Legislativa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Votaram 42 senhores deputados:

Pela manutenção do veto, 20 senhores deputados.

Pela derrubada do veto, 20 deputados e dois votos em branco.

Estão mantidos os vetos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 21, logo após ao término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 007, 044, 058, 060 e 061/2001.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de novembro de dois mil e hum, às treze e trinta horas, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com a presença dos senhores deputados membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte Pauta: Submeter à aprovação da verba de ressarcimento das despesas dos senhores deputados referente ao mês de outubro de 2001. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o senhor presidente da Comissão, deputado Duílio Genari, abriu os trabalhos, passando a palavra ao senhor deputado Marcos Isfer, que relatou a Proposição nº 88/2001, que trata da prestação de contas da verba do movimento relativo aos créditos para atender ressarcimento das despesas dos senhores deputados, referente ao mês de outubro de 2001, conforme Resolução nº 15/92 de 19 de junho de 1992, em seu artigo 14. O senhor relator entendeu que as referidas contas estão em condições de serem aprovadas, encontrando-se dentro das normas de sua regulamentação e atendendo a legislação em vigor, dada à sua exatidão, concluindo pelo Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, tendo votação unânime de todos os presentes. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, e para constar e exerce os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo senhor presidente da Comissão, senhores deputados presentes e por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI

Presidente da Comissão de Tomada de Contas

MARIA REGINA SUBTIL

Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes

deputados: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Marcos Isfer, Antonio Carlos Belinati, Moysés Leônidas, Duílio Genari e Orlando Pessuti. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 564/2001, de autoria dos deputados Hermas Brandão e Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Ademar Traiano - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 164/2001, de autoria do deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do deputado Ademar Traiano - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 198/2001, de autoria do deputado Tony Garcia. Parecer CONTRÁRIO do deputado Ademar Traiano - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 362/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 483/2001, de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. O deputado relator Antonio Carlos Belinati sugere devolução da matéria ao autor para que a documentação necessária seja providenciada; 06) Projeto de Lei nº 059/2000, de autoria do deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati às emendas de Plenário - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 444/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão. Concedido vistas ao deputado Orlando Pessuti; 08) Projeto de Lei nº 401/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 555/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 398/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 493/2001, de autoria do deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 500/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 521/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 352/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 402/2001, de autoria do deputado Sérgio Spada. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 471/2001, de autoria do deputado Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do deputado Eli Ghellere, lido pelo deputado Algaci Tulio - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 565/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 450/2001, de autoria do deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio, na forma da emenda anexa - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 457/2001, de autoria do deputado Cezar Silvestri. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 496/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati.

nati. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 498/2001, de autoria do deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio, na forma da emenda anexa - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 546/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão. Concedido vistas ao deputado Algaci Tulio; 23) Projeto de Lei nº 459/2001, de autoria do deputado Nereu Moura. Parecer do deputado Orlando Pessuti convertendo a matéria em diligência junto ao Departamento de Trânsito do Paraná - DEFERIDO; 24) Projeto de Lei nº 372/2001, de autoria do deputado Miltinho Pupio. Parecer FAVORÁVEL do deputado Orlando Pessuti - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
TERMO DE ATA

Aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Caíto Quintana, Orlando Pessuti, Algaci Tulio, Serafina Carrilho e Carlos Simões. Não havendo número legal, declarou-se transferida a presente reunião. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei o presente Termo de Ata, que após lido e aprovado será assinado pelo senhor presidente, pelos senhores deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária de Comissão.

(a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária